



REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS NA CARTOGRAFIA COLONIAL DO BRASIL CENTRAL

Kênia Gonçalves Costa

Universidade Federal de Goiás

Alecsandro J. P. Ratts

Universidade Federal de Goiás

Resumo

O presente trabalho analisa as representações indígenas na cartografia colonial. O recorte espacial proposto, o Brasil Central, se faz necessário por coincidir com área de abrangência da pesquisa que vem discutindo as representações cartográficas dos índios Karajá e Javaé que constituem na sua autodenominação o povo Iny que vive na área do Rio Araguaia. Ao iniciarmos a revisão bibliográfica e cartográfica foi possível perceber que historicamente as referências indígenas foram sendo registradas, com relativa imprecisão, pelos cartógrafos coloniais nos mapas desta região e naquele período. Desta forma, suscitou o interesse de compreender como foram vistos os povos indígenas no período colonial desta região denominada de várias maneiras: “sertão”, “terra dos gentios”, “Brasil Central”, dentre outras. Neste período a formação territorial brasileira passa por situações tensas e conflituosas. A cartografia histórica permite com suas representações a contextualização da dinâmica sócio-espacial e cultural de grupos étnicos formadores da população brasileira.

Palavras- chave: Cartografia Colonial; Indígenas; Território.

Abstract

This paper analyzes the representations in indigenous colonial cartography. The proposed spatial area, Central Brazil, is necessary for match coverage area of research that has been discussing the cartographic representations of Indians Karajá and Javaé that are in their self-designation Iny People living in the area of Rio Araguaia. As we begin the literature review and mapping was possible to see that historically indigenous references were being recorded, with relative inaccuracy, by colonial cartographer maps of this region and that period. Thus, aroused the interest of understanding how studied indigenous peoples were in the colonial period this region named in several ways: "Sertão", "land of the Gentiles", "Central Brazil", among others. In this period the Brazilian territorial formation goes through tense situations and conflict. The historical cartography

allows its representations with the contextualization of dynamic spatial and socio-cultural trainers' ethnic groups of the population.

Keywords: Colonial Cartography; Indigenous; Territory.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa as representações indígenas na cartografia colonial, o recorte espacial proposto, o “Brasil Central”, se faz necessário por coincidir com área de abrangência da pesquisa que vem discutindo as representações cartográficas dos grupos étnicos Karajá e Javaé que constituem o povo Iny que vive às margens do Rio Araguaia há centenas de anos, como está representado no Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju, elaborado na primeira metade do século XX, que apresenta as ocupações e espaços dos grupos étnicos e de sua historicidade, incluindo rotas migratórias.

O direcionamento desta análise se fazia pelo viés das leituras cartesianas, em um contexto sistêmico e dentro das normativas e padrões utilizando o rigor das análises propostas pela Associação Cartográfica Internacional que vem delineando os caminhos da cartografia utilizados pelas instituições. É sabido que os agentes sociais hegemônicos almejam conhecer, se apropriar e dominar o espaço terrestre e que, para atingir seus objetivos, se utilizaram de vários caminhos. Diante desta meta para reconhecer os espaços, lugares, territórios que é de fundamental importância para realização deste propósito, está a Cartografia como uma ciência, ou seja, “uma arte de conceber, de levantar, de redigir e de divulgar os mapas (Joly, 1997: 7)”, assim permitindo tanto conhecimento, como dominação dos locais e dos saberes. A cartografia tem se tornado instrumento fundamental para a representação do espaço geográfico e para a construção do conhecimento (DUARTE, 2002). Archela (2000, p.01) apresenta uma síntese do caminhar da cartografia:

A cartografia teórica moderna começou a se desenvolver na segunda metade do século XIX, ainda no domínio da Geografia e seus objetivos estavam voltados para a tecnologia de levantamentos e topografia militar, na qual a tendência era enfatizar mais a técnica e a prática evidenciada pela cartografia topográfica, do que a teoria. Enquanto isto, a atenção dos geógrafos que produziam mapas estava mais voltada para as projeções e cores de mapas, representação de relevo e elaboração de atlas.

A definição ou conceito para a cartografia teórica vem sendo discutido conforme Archela desde a metade do século XIX, em busca de um conceito sem muitas divergências a Associação Cartográfica Internacional (ACI) em 1964 estabelece a Cartografia como um:

[...] conjunto de estudos e operações científicas, artísticas e técnicas baseado nos resultados de observações diretas ou de análise de documentação, com vistas à elaboração e preparação de cartas, planos e outras formas de expressão bem como sua utilização (DUARTE, 2002, p.16).

A autora ressalta que este conceito foi ratificado pela UNESCO em 1966, no tocante as relações artísticas deveram destacar que este tipo de representação, também seja agradável às vistas, tenha uma leitura aprazível além de conter informações dos temas e/ou porções terrestres a serem descritas e apresentadas (ARCHELA, 2000). Vale salientar que há outra lacuna ao nos referirmos aos mapas antigos porque muitos não resistiram à ação do tempo, pois eram elaborados em materiais sensíveis como: papiros, fibras naturais, couro animal, dentre outros.

Segundo Carvalho & Araújo (2008) as habilidades e desejos de se representar o espaço é próprio dos grupos humanos, pois assim reafirmam seus territórios, suas práticas e vivências. Para isso se utilizam de materiais e formas de registros das mais variadas como também diversos artifícios de linguagem.

[...] Segundo um representante dessa historiografia tradicional, Erwin Josephus Raisz (1969, p. 7), 'fazer mapas é uma aptidão inata da humanidade'. Ele faz relatos importantes acerca da existência de rudimentos ou esboços do que viria a ser a Cartografia entre os povos primitivos, como os habitantes da antiga Babilônia, os índios nativos das Ilhas Marshall, os esquimós, os astecas, os chineses e outros [...](CARVALHO & ARAÚJO, 2008, p. 02).

Neste período a Cartografia se confunde entre os rigores técnicos e as representações artísticas, os mapas eram construídos manualmente e sua elaboração incluía as narrativas de viajantes e, assim, conjuntamente com as reproduções, estavam sujeitas as distorções.

Em 1507, o *Mapamundi: Universalis Cosmografia Secundum Ptolomeu Traditionem et Americi Vespucci Aliornunque Illustrationes*¹, uma obra que foi considerada como marco para institucionalizar a Cartografia como disciplina de estudos e “[...] é uma referência para o conhecimento do mundo pelas suas crônicas de viagem. Nessa obra, pela primeira vez, inscreve-se o nome América para designar o “Novo Mundo” (KNAUS et al., 2010, p.29). A inserção e a nomeação deste território reforça a necessidade de conhecer para dominar, produzindo conhecimentos de âmbito classificatório, tendo como um exemplo a pretensa divisão das Américas entre Portugal e Espanha, detentoras então dos conhecimentos marítimo-náuticos.

Neste quadro surge a figura do cartógrafo como autor, como é o caso notório de Mercator que elaborou um mapa mundi que continha as costas da América Central, a Ásia e o sudeste do continente americano, publicado em 1569. Segundo Carvalho & Araújo (2008, p.10)

[...] o destaque desse mapa era o uso da projeção cilíndrica. Com ela, Mercator traçou um mapa onde as linhas de meridianos e paralelos formavam ângulos retos, ou seja, os meridianos aparecem como linhas retas perpendiculares ao Equador. Por esse motivo, tal projeção permitia a representação reta da [...] linha dos rumos magnéticos, facilitando, sobretudo a navegação marítima. Essa qualidade permitiu a popularização da projeção cilíndrica e sua disseminação pelo mundo, mesmo com as distorções de área que ela provoca, especialmente nas regiões polares.

Essa projeção assumiu uma forte carga ideológica, pois a visão distorcida nos polos evidenciava as regiões equatoriais e com isso “passando uma ideia falsa das dimensões de alguns dos países mais ricos do mundo, o que justificaria politicamente a hegemonia destes diante do quadro geopolítico mundial” (CARVALHO & ARAÚJO, 2008:11). Os mapas eram a forma de registrar esse conhecimento alegando o poder que detinha, depois vieram às disputas pelas riquezas destes territórios que também foram mapeados. A diferença étnica deste período era um instrumento muito importante para o conhecimento e a dominação dos povos e dos seus saberes.

Os registros das representações cartográficas do Brasil, desde o século XVI, se encontram nas bibliotecas nacionais brasileiras e europeias, disponíveis em algumas publicações analógicas e digitais. Como sabemos tais representações são realizadas a partir da ótica de quem está construindo, no período colonial. Vale salientar que muitos viajantes não eram cartógrafos, assim, faziam suas anotações e depois outro profissional construía e elaborava os mapas. Em parte este material foi construído também com os saberes locais dos grupos que viviam nestes territórios. As representações cartesianas se intensificam com o fortalecimento dos conhecimentos adquiridos com “índios catequizados” ou tidos como “mansos”.

O exemplo cartográfico mais antigo da “Terra de Vera Cruz” é o Planisfério de Juan de la Cosa que mostra a Costa Norte até parte da Ponta do Mucuripe (Ceará), o traçado revela conhecimento referente a viagem de Vicente Yañez Pinzón. Iniciando as representações do “Novo Mundo” com estrutura das antigas cartas náuticas, respeitando a orientação por astros, este mapa apontou o litoral das terras do Brasil de forma proposital ou acidental pelos viajantes das rotas para a Índia (KNAUS et al., 2010, p. 28).

Na cartografia colonial as representações se referem basicamente aos limites territoriais, aos recursos naturais, ao povoamento e ao modo de vida, na visão

dos colonizadores, que por sua vez não é homogênea. A relativa invisibilidade destes grupos que habitavam o continente, simplificada em termos como “indígenas” ou “índios”, pode ser contraposta às inúmeras autodenominações, das quais, alguns cartógrafos fizeram registro.

A revisão bibliográfica e cartográfica para esta pesquisa possibilitou perceber que historicamente as referências indígenas foram sendo registradas, com relativa imprecisão, pelos cartógrafos coloniais em mapas e cartogramas desta região e neste período. De forma que algumas representações apontam a presença desta parcela tão significativa neste período, pois existiam inúmeros grupos indígenas tanto na parte litorânea, quanto na área central do continente sul-americano.

AS REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS COLONIAL DO BRASIL

As narrativas sobre a nova colônia portuguesa, disputada por outras nações, perpassam o imaginário dos cartógrafos e de outros agentes desde o século XV (SEVCENKO, 1996). A porção da terra que veio a se configurar como América, foi preocupação constante dos atores coloniais hegemônicos, no aprimoramento da técnica, na busca do rigor cartesiano, a exemplo das cartas náuticas. É o que observamos na Carta Marina Nuova Tavola de Girolamo Ruscelli, documento de pequenas dimensões, com informações retiradas da obra Geografia de Ptolomeu, datada de 1561. Miceliⁱⁱ (2002, p.165) a descreve e analisa:

[...] a Carta Marinade Jacobo Gastaldi, um dos mais importantes cartógrafos italianos do Renascimento. Note-se, na carta, que larga porção da América está ligada à Ásia, destacando-se, ainda, os continentes fortemente demarcados por contornos coloridos, sobre rumos entrecruzados a partir de um ponto central e outros, simetricamente dispostos, formando um grande círculo central sobre o Atlântico. A forma da América do Sul tem a porção a Leste de Tordesilhas melhor definida do que a parte oriental, bastante alongada no sentido Norte-Sul, localizando-se a saída do rio da Prata do lado português do meridiano de demarcação.

As informações desta carta para o continente sul-americano apontam os vazios imaginados, registrando apenas alguns acidentes geográficos relevantes e visíveis no litoral, basicamente os descritos pelos viajantes que somente percorriam alguns trechos litorâneos.

Grandes transformações nas concepções cartográficas estavam ocorrendo no cenário mundial como podemos verificar na forma em que Gerhard Mercator elabora a *Nova et Aucta Orbis Terrae Descriptio ad Usum Navigantium Emendata et Accomodata*, datada de 1569:

[...] Gerhard Mercator [Kremer, Cramer] (1512-1594) utilizou-se, pela primeira vez, de seu sistema de projeção que, em síntese, permite representar sobre o mapa, como linha reta, a linha de direção constante sobre a superfície terrestre (loxodrômica). Estavam dadas, com isso, as bases essenciais do conhecimento geográfico moderno, representado por uma cartografia náutica, assentada na Astronomia e na Matemática, com o que se fornecia aos navegadores os instrumentos para representar corretamente sobre uma superfície plana os dados obtidos pela experiência (MICELI, 2002, p.95).

Esta carta compôs a primeira edição do Atlas Mercator-Hondiusⁱⁱⁱ onde há mapas do continente americano e outras cartas de referência sobre a Nova Espanha, Virgínia, Flórida, Cuba e Hispaniola, Estreito de Magalhães e América do Sul. Nesta carta percebe-se como o continente está representado a despeito do alongamento no sentido longitudinal e perdeu parte da distorção latitudinal – “inchamento” – que havia no mapa de Mercator, reproduzido em uma grande quantidade de cartas (Figura 01).

No mapa acima como podemos verificar há uma figura retratando indígenas, mas somente de forma ilustrativa. Em outras representações do mesmo período verifica-se a figura do índio de forma exótica e/ou alegórica, a exemplo da carta *Meridionalis Americae de Pars* Petrus Plancius (1592-1610) que faz uma leitura da América Meridional pela ótica da cartografia francesa do século XVII:

[...] A carta que faz parte desta exposição aparece à frente de cenário desenhado pelo pintor Raimond Bonheur, onde se mostra uma paisagem que pouco condiz com o continente representado e os seus habitantes. Obviamente, não se faz aí qualquer referência aos bárbaros e antropófagos que apareciam nos mapas dos séculos anteriores, mas permanecem as mulheres seminuas e a natureza com seus ofídios; o índio helenizado ao lado do quadro dos países que compõem a América do Sul, a cena de cavalgada e a estranha cidade desenhada na parte superior direita [...] (MICELI, 2002, p. 92).

Com o avanço das navegações, as cartas náuticas no estilo portulano apontavam as dificuldades nas orientações no mar, porque a construção das linhas de rumos retas no papel não conferia quando aplicadas nas rotas devido à esfericidade da Terra.

Por isso se ressalta as obras de Gerhard de Mercator que conseguiu estabelecer um sistema de projeção que relacionava paralelos e meridianos mais precisos em qualquer ponto do mapa, assim diminuindo os erros e ampliando as representações do espaço americano a ser colonizado com mais extensão e profundidade nos séculos seguintes.

As próximas seções do texto é compostas pelo material cartográfico referente ao Brasil Central que traz representações indígenas figurativas e/ou toponímicas.

REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS NA CARTOGRAFIA COLONIAL DO BRASIL CENTRAL

A cartografia colonial do Brasil Central assume destaque numa obra na qual a parte leste e central do país compõe o centro geométrico da carta do geógrafo e historiador italiano Giovanni Battista Ramusio, Secretário do Conselho dos Dez em Veneza^{iv}. Vale salientar que este mapa foi publicado na sua *Raccolta di Navigazioni et Viaggi*, em 1550-1559, “obra ilustrada com xilogravuras e que teve edições sucessivas até 1623” (MICELI, 2002, p.236). Miceli (IDEM) assim a descreve (Figura 2):

[...] A carta que integra esta mostra apresenta a costa do Brasil, desde o Norte até o rio da Prata. No Oeste (Ponente), a Terra non Discoperta, apenas um cenário natural, com montanhas, alguns rios e um vulcão em erupção. Na costa Norte, uma canoa próxima à desembocadura de dois grandes rios, onde se anota que, ali, o mar é doce. Fernando de Noronha é uma única ilha que tem à sua volta um navio fortemente estilizado e grandes peixes à frente da praia, onde dois europeus estendem uma espécie de cálice a um indígena, enquanto outros trabalham no corte da madeira, alguns usando machados. No conjunto, cenas da vida cotidiana, com animais e vegetação, mas, destaque-se, nenhuma cena de antropofagia.

Nesta carta a presença da população nativa é assinalada por meio de figuras humanas em situação de nudez dispersas do litoral até a parte central. Há homens caçando com arco e flecha, cortando árvores e em contato com a fauna, particularmente com aves. Há uma alegoria de trabalho e ócio. É uma representação que fica entre o exótico e o idílico. Merece destaque uma cena em que um nativo recebe uma taça de dois homens vestidos à moda colonial de então, como indício de um encontro, mais do que de um confronto, como se observa em algumas partes da Carta de Pero Vaz de Caminha.



Figura 1. Carta *America Meridionalis* de Gerhard Mercator de 1606^v.

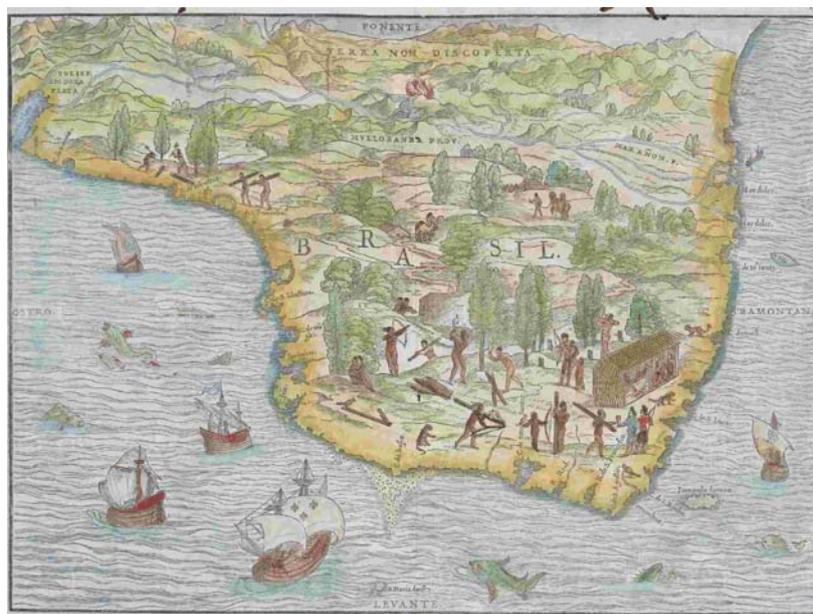


Figura 2. Brasil de Giovanni Battista Ramusio de 1576^{vi}.

Na próxima representação – *Accuratissima Brasilia* – elaborada pelo cartógrafo *Henricus Hondius*^{vii} observamos algumas referências das projeções de Mercator como as quadrículas com as longitudes (Equador, Trópico de Capricórnio) e a rosa dos ventos indicando as direções (Figura 3).

Neste mapa, no litoral leste do Brasil é possível identificar os nomes de alguns grupos indígenas como Tupinambá (*Topinambazes*), Aimoré (*Aymores*), Tapuia

(*Tapuias*) e outros cuja referência desconhecemos: *Apiapertang* e *Margaias*. Mais para o interior do país, há nativos representados em duas cenas de antropofagia, com ilustrações semelhantes às encontradas no relato de Hans Staden (1974). Um pouco mais para dentro, vemos um nativo ao lado de uma habitação que se assemelha às casas indígenas de teto arredondado e outro deitado em uma rede estendida ao ar livre. Mais uma vez, a representação se coloca entre o exótico e o idílico.

A carta de 1640, denominada *Brasília*, da autoria de Johannes Blaeu, cartógrafo oficial da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (Figura 04), é assim descrita:



Figura 3. *Accuratissima Brasilia tabula* de Henricus Hondius de 1635^{viii}

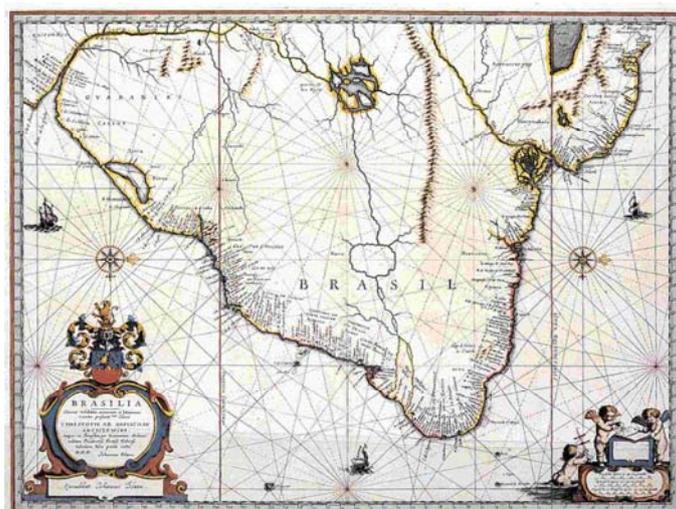


Figura 4. *Brasilia: generis nobilitate armerum et litterarum* de Johannes Blaeu de 1596-1673.^{ix}

[...] apresenta rica toponímia do litoral brasileiro, incluindo nome e localização de nações indígenas

distribuídas pelo território, quase vazio em seu imenso interior. Acima do Equador, a freqüente presença do imaginário Lago Parima (Parime Lacus), destacando-se, na região central, a grande Lagoa Xaraiés, ligada aos rios do continente, um dos quais chega à bacia do São Francisco, depois de passar por outra grande formação hídrica, onde desaguiariam vários rios. A posição “deitada” do Brasil é bastante comum no período, estando o Norte e o Leste indicados, respectivamente, pela flor-de-lis e a cruz, que aparecem nas duas pequenas rosas-dos-ventos de oito pontas postas simetricamente no mapa [...] (MICELI, 2002, p.92).

A Carta Brasília, que tem como quadro parte do continente Sul-Americano com as divisões propostas pelo Tratado de Tordesilhas, jamais demarcadas, traz basicamente indicações do litoral brasileiro na qual a presença do colonizador é muito mais expressiva e contínua, como descrevem Knaus et al. (2010, p.46):

[...] um exemplar do legado da cartografia produzida no período da ocupação holandesa. Das duas principais rosas dos ventos saem linhas de rumo que organizam a construção do mapa junto à gradação de latitudes colocada nas suas margens. O mapa apresenta uma suposta ligação entre o rio da Prata e o rio Amazonas, a partir de um lago central. Além disso, registra uma ligação fluvial que atravessa o Brasil até o litoral.

Neste documento, a invisibilidade dos grupos indígenas na parte central do país é muito significativa. Na parte norte, no território hispânico, há nome de povos indígenas como Caribes (Caribe) e Aravaca ou Arawaccas (Arauak). Na parte sul há nomes como Guaranies (Guarani) e Carios (Carijós?). O litoral leste continua sendo mais pontuado de referências a etnônimos indígenas, alguns conhecidos na literatura e outros não: Touapinambauti e Topinambazes (Tupinambá), Tapuias (Tapuia), Apiepetang, Aymores (Aimoré), Guaymures, Margaus, Molopaques. Nota-se que alguns destes nomes foram apontados na figura anterior, o mapa de Hondius de 1635.

Com a expansão da colonização entre as duas margens do Atlântico e no adentrar da “Terra Brasilis” (LOIOLA, 2008), cabe ressaltar que se avolumam os relatos e as imagens produzidos por vários agentes, a exemplo de viajantes, bandeirantes, missionários, artistas, dentre outros, que, por sua vez, confluem também na elaboração das cartas.

No caso do Brasil Central, sabe-se que os bandeirantes passaram por esta área em mais de uma expedição antes do efetivo processo de ocupação colonial, que inclui

a formação de vilas e a expansão da atividade mineradora na primeira metade do século XVIII. Este é o período em que, por exemplo, a capitania de Goyaz se forma (BERTRAN, 2004).

Desta forma, voltamos mais diretamente o interesse para a compreensão de como foram vistos os povos indígenas na cartografia colonial desta região denominada de várias maneiras: “sertão”, “terra dos gentios”, “Brasil Central”, dentre outras. Chegamos, então, ao primeiro “Mapa da Capitania de Goyaz” (1750) atribuído a Francesco Tosi Colombina (VIEIRA JÚNIOR et al., 2010) um registro que assinala a presença do “gentio”, especificamente dos “Xavante”, “Caiapó”, “Acroá”, “Aricá” e “Curumaré”. Estes últimos são apontados como os habitantes do local que consideramos ser a Ilha do Bananal.

Apresentamos um recorte ampliado para identificarmos as áreas marcadas pela presença indígena que o cartógrafo denomina de “Sertão do Gentio Xavante” ou de outros povos, por exemplo, além da “Ilha do Gentio Curumaré”. A localização destas expressões entre as feições naturais e o uso do pronome possessivo nos permite inferir uma territorialidade destes povos (ver Figura 05).

Este mapa da Capitania de Goyaz nos coloca diante da questão do suposto vazio demográfico que fica suspenso, mesmo sendo retomado, por exemplo, no século XX, como parte de uma “geografia imaginativa” (SAID, 1990): a ideia de que o Brasil Central era despovoado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento estratégico possibilita formas de identificar, definir as demandas de recursos humanos e materiais para suprir as exigências dos Estados e ou grandes corporações. Atualmente, em parte significativa do mundo, estes conhecimentos são de jurisdição de instituições públicas civis e militares, mas há empresas que estão construindo esse conhecimento do espaço para desenvolver suas atividades, além de grupos que podemos denominar de subalternos.

Os grupos dominantes, que naquele período estavam situados na Europa e em processo de migração e recriação na América, obtinham informações que as novas terras eram uma grande fonte de riquezas naturais que utilizadas de forma mercantilista favoreceriam suas divisas e assim promoveriam o conhecimento, reforçando e legitimando a divisão entre espanhóis e portugueses.

O extenso território nacional, redesenhado externa e internamente em processos conflituosos, sempre guardou um grande potencial econômico (mineral, hidrológico, extrativista, biológico), humano e cultural, mesmo que os viajantes não exalte isso nas narrativas do século XV e XVI. Os autóctones eram denominados “gentios”, “bárbaros”. “selvagens”, “silvícolas” ou “nativos”, o que está na base da pretensa supremacia dos habitantes do “Velho Mundo”, eurocêntrica, facilitando assim a apropriação dos seus territórios e das riquezas naturais presentes.

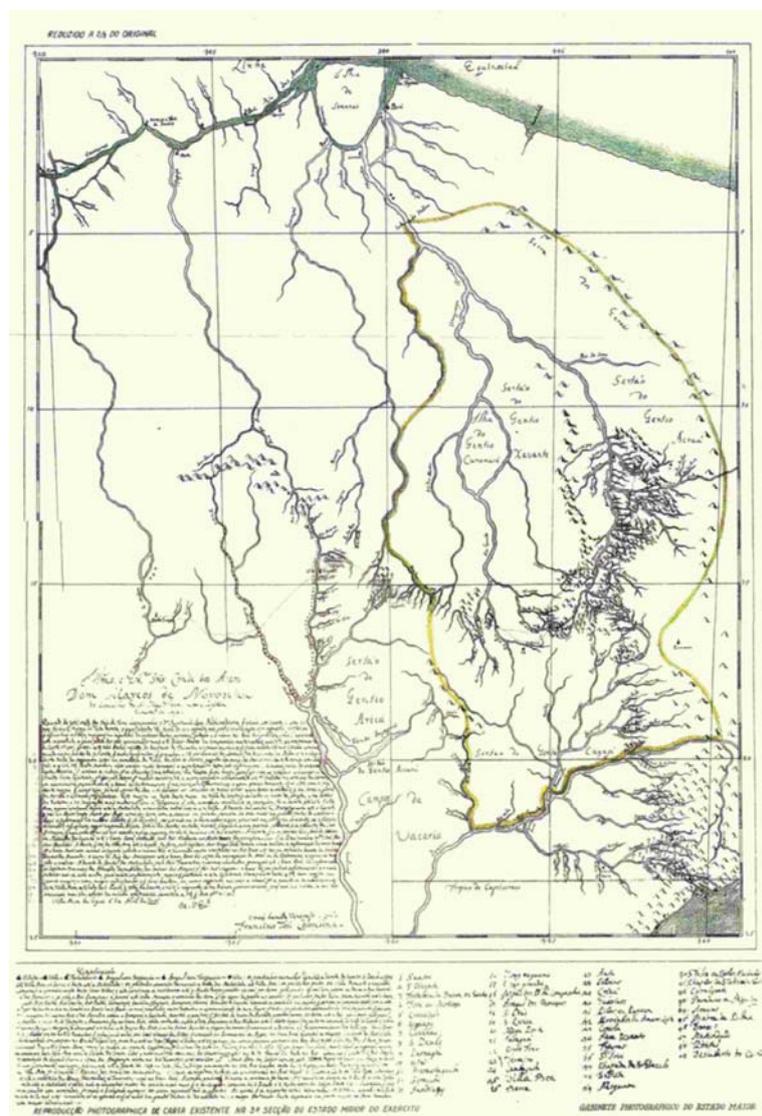


Figura 5. Mapa da Capitania de Goyaz de Francesco Tosi Colombina de 1750^x

As relações sinuosas entre Espanha e Portugal, com o concurso de outras nações também em formação, marcam a disputa por esse conhecimento em meio ao empreendimento colonial: contato, catequese, escravidão, aproximações e conflitos entre os grupos indígenas.

Os mapas sempre foram produtos de expressão de poder, dominação e legitimação sobre o território para diversos grupos sociais, o que inclui segmentos étnicos. Para Freire & Fernandes a humanidade “buscou formas de representar a superfície terrestre e seus elementos segundo os interesses específicos dos diversos grupos sociais, estando sua produção condicionada ao tempo e ao local onde tais atividades se desenvolviam” (2010, p.84). Neste sentido, consideramos o trabalho cartográfico como produto cultural e instrumento político-ideológico,

instituindo mecanismos de poder onde grupos sociais hegemônicos apropriam-se de saberes e riquezas de várias sociedades no tempo e no espaço.

No caso brasileiro, a cartografia histórica que se volta para a dimensão étnico-racial – negra, quilombola, indígena, dentre outros segmentos – é de suma importância para abordagem da formação da sociedade e do território^{xi}.

A atual configuração do avanço das tecnologias possibilita uma utilização maior da Cartografia como técnica importante na disputa por território. A universalização destes saberes permite que um número maior de grupos sociais, étnicos e econômicos também se aproprie. Ainda segundo Freire & Fernandes (2010, p.84)

[...] a utilização da produção cartográfica por grupos socialmente vulneráveis desperta grande interesse às ciências sociais ao revelar possibilidades de controle espacial outrora restrito apenas aos grupos do topo da pirâmide sócio-econômica, tanto pelos altos custos envolvidos, como pelo caráter sigiloso que reveste a atividade. Afinal, não só o ofício do cartógrafo sempre foi controlado pelo Estado, desde os tempos mais remotos até os dias atuais, como tem se desenvolvido com o objetivo mais de defender grandes interesses econômicos e políticos do que de revelar e difundir conhecimento sobre as características da superfície terrestre.

O acesso à informação, inclusive cartográfica, possibilita uma nova reflexão acerca destes conteúdos e dados utilizados nos mapas do período colonial, pois não havia a possibilidade de sociabilização de conhecimento que existe atualmente, algo que se verifica no próprio processo de digitalização e disponibilização das cartas em pauta. Sabemos quase em tempo real a creca de um acontecimento: onde ocorreu? Quando? Como? Quem está disponibilizando a informação?

A época em que as cartas analisadas foram elaboradas exigia um considerável esforço para produzir, selecionar e sistematizar as informações, considerando as distorções técnicas e de cunho social. No entanto, a própria Cartografia faz parte de um discurso acerca do território, noutras palavras, de uma “ideologia geográfica” (Moraes, 1989). Por exemplo, o nome de um grupo indígena presente em um mapa colonial indica um reconhecimento ainda que falho, da antiguidade da diferença étnica muitas vezes desconsiderada quando se tem em mente a noção de um “vazio demográfico”, como foi o caso do Brasil Central.

Por fim, consideramos que a Geografia e a História, o território e a sociedade, a economia, a política e a cultura se encontram na Cartografia Histórica e mais diretamente nos mapas coloniais, propiciando a releitura da própria colonialidade

(Quijano, 2005) e a formação de pensamentos alternativos, até contrapostos. Nenhum mapa é factual, fechado a interpretações.

REFERÊNCIAS

ARCHELA, Rosely Sampaio. Correntes da Cartografia teórica e seus reflexos na pesquisa brasileira. Projeto: Bibliografia da Cartografia: bibliografias comentadas. UEL: Londrina. <http://www.uel.br/projeto/cartografia>. Acesso em 18/06/2012. Extraído da tese de Doutorado de Rosely Sampaio Archela, intitulada Análise da cartografia brasileira: bibliografia da cartografia na geografia no período de 1935-1997. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2000.

CARVALHO, Edilson Alves de. & ARAÚJO. Paulo César de. Historia da Cartografia In: Idem. Leituras cartográficas e interpretações estatísticas I: Geografia (Material desta disciplina de ensino à distância). Natal, RN:EDUFRN, 2008. 248 p.
DUARTE, Paulo Araújo. Fundamentos de Cartografia. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2ª edição (ampliada e revisada).2002.

FREIRE, Neison Cabral Ferreira & FERNANDES, Ana Cristina de Almeida. Mapas como expressão de poder e legitimação sobre o território: uma breve evolução histórica da cartografia como objeto de interesse de distintos grupos sociais. Portal da Cartografia, Londrina v. 03 n. 01, 2010. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/portalcartografia>.

JOLY, Fernand. A Cartografia. Campinas, SP: Papirus. Tradução de Tânia Pellegrini. (1917), 1990.

KNAUS, Paulo, RICCI, Cláudia, CHIAVARI, Maria Pace. Brasil: uma cartografia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

LOIOLA, Sérgio Almeida. Por Uma Geografia do Passado Distante: Marcas Pretericas na Paisagem como Memória Espacial das Sociedades Autóctones. Dissertação de Mestrado em Geografia. Goiânia: IESA/UFG. 2008.

MICELI Paulo (Texto e Curadoria). O Tesouro dos Mapas: A Cartografia na formação do Brasil. Exposição da Coleção Cartográfica do Instituto Cultural Banco Santos. São Paulo, Brasil: Instituto Cultural Banco Santos, 2002.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Ideologias geográficas. São Paulo, HUCITEC, 1988.

NIMUENDAJU. Curt. Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes (1944). Rio de Janeiro, IBGE, 1981.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas

latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. p.227-278. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>

SEVCENKO, Nicolau. As alegorias da experiência humana e a construção do europocentrismo. In: SCHWARCZ, Lilia M. & QUEIROZ, Renato (Org.) Raça & diversidade. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 113-145.

SAID, Edward. Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

STADEN, Hans. Duas viagens ao Brasil. São Paulo, EDUSP, 1974.

VIEIRA JÚNIOR, Wilson Carlos Jardim, SCHLEE, Andrey Rosenthal & BARBO, Lenora de Castro. Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás?. XXIV Congresso Brasileiro de Cartografia, Aracaju, SE - Brasil, 16 a 20 de maio de 2010.

REFERÊNCIAS CARTOGRÁFICAS

BLAEU, Johannes. Brasilia: generis nobilitate armerum et litterarum. 1596-1673. Biblioteca Nacional do Brasil. Localização: ARC.011,14,024on Cartografia

COLOMBINA, Francesco Tosi. Mapa da Capitania de Goyaz. 1750. Acervo depositado no Instituto de Estudos Brasileiros da USP. Consulta em: www.mapashistoricos.usp.br

HONDIUS, Henricus. Accuratissima Brasilia tabula. 1635. Acervo depositado no Instituto de Estudos Brasileiros da USP. Consulta em: www.mapashistoricos.usp.br

MERCATOR, Gerhard. Carta America Meridionalis. 1606. Acervo depositado no Instituto de Estudos Brasileiros da USP. Consulta em: www.mapashistoricos.usp.br

RAMUSIO, Giovanni Battista. Brasil. 1557. Acervo depositado no Instituto de Estudos Brasileiros da USP. Consulta em: www.mapashistoricos.usp.br

ⁱ Este mapa homenageia Claudio Ptolomeu e Américo Vespúcio. Obra de Martin Waldseemuller (Hilacomylus), xilogravura: 137x244cm. Biblioteca do Congresso Americano – Washigton D.C., Estados Unidos (Miceli, 2002).

ⁱⁱ Curador e autor do texto do livro referente à Exposição da Coleção Cartográfica do Instituto Cultural Banco Santos, intitulada “O Tesouro dos Mapas: a Cartografia na formação do Brasil”. O acervo foi cedido pela Justiça Federal e se encontra depositado no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (USP).

ⁱⁱⁱ Após sucessivas reedições e traduções que ocorreram até 1641, acabou por ocupar o lugar do *Theatrum Orbis Terrarum*, de Ortelius.

^{iv} Comitê executivo e judicial do governo da República de Veneza responsável pela segurança do Estado (Miceli, 2002).

^v Fonte: www.mapashistoricos.usp.br. Parte do acervo foi cedida pela Justiça Federal e se encontra depositado no Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

^{vi} Fonte: www.mapashistoricos.usp.br

^{vii} Pertenceu a uma importante família de cartógrafos dos Países Baixos. Seu pai, Jodocus Hondius ganhou popularidade comparável à família Blaeu. Henricus, em 1621, abriu seu próprio negócio na cidade de Amsterdã e em 1641, reuniu os mapas existentes feitos por sua família para publicar o Atlas Mercator-Hondius (Miceli, 2002).

^{viii} Fonte: www.mapashistoricos.usp.br

^{ix} Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil. Localização: ARC.011,14,024 on Cartografia.

^x Fonte: www.mapashistoricos.usp.br

^{xi} Na contemporaneidade vemos inclusive o emergir da proposta da cartografia social ou do etnomapeamento em que estes grupos se apropriam da técnica e da linguagem, chegando a elaborar seus próprios produtos.

Contato com o autor: keniacost@yahoo.com.br

Recebido em: 15/07/2014

Aprovado em: 06/12/2014